

MERCADO TEME NOVO PACOTE

Adriana Chiarini
Da equipe do **Correio**

O mercado financeiro está com a expectativa aguçada, para o lado do pessimismo, pelo fato de o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ter admitido em Washington, na segunda-feira, que medidas adicionais podem ser tomadas. A grande discussão, agora, é se virão só mais cortes no orçamento ou se serão

acompanhados de mais aumento de impostos.

“Estamos imaginando que podem vir mais cortes no orçamento e mais aumentos de impostos”, disse Paulo Mallman, do Banco da Indústria e Comércio (BIC). “Espero que o governo corte mais seus gastos porque ninguém agüenta mais tanto imposto”, afirmou o diretor de pesquisa do banco BBM, Sérgio Werlang.

Sobre a necessidade de um no-

vo conjunto de medidas fiscais, Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central, não vacilou: “Sem dúvida.” A desvalorização do real, segundo Langoni, mudou todos os números. “A recessão será maior, a dívida pública indexada ao dólar aumentou e agora o ajuste anunciado no ano passado já não é suficiente.”

O analista político Luciano Dias, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), vê um ou-

tro problema. “A oposição mostrou que tem força, já não é mais tão interessante apoiar o real e o Congresso está no limite de sua insubordinação”, disse. “Fernando Henrique tem que decidir. Se fizer um ajuste fiscal profundo, terá que diminuir sua base de apoio. Se quiser manter a base política, deixará a inflação crescer um pouco e os pobres pagarem por isso.”

Para Gustavo Loyola, outro ex-presidente do Banco Central, é

agora que o governo mais precisa do Congresso e do ajuste fiscal. “Acabaram com a âncora cambial antes de fazer a âncora fiscal e agora está mais visível que o problema sempre foi fiscal”, disse Loyola. Ele criticou o fato de o Banco Central ter adotado uma política cambial por apenas dois dias antes de liberar a cotação do dólar. “Isso é muito ruim para a credibilidade do governo.”

Loyola não entendeu porque o

governo anunciou a redução da Taxa Básica do Banco Central (TBC) — servia de piso para os juros dos negócios de compra e venda de títulos públicos — se, ao mesmo tempo, anunciou que a deixaria sem uso até 3 de março. “Não vejo função prática em reduzir a TBC. Os juros não vão baixar logo porque são o único instrumento para controlar a inflação enquanto não há ajuste fiscal. E a recessão vai aumentar.”